

JUSTIFICATIVA DISPENSA DE LICITAÇÃO

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CONIMS**, CNPJ n.º 00.136.858/0001-88, situado na Rua Afonso Pena, n.º 1902, Bairro Anchieta, Pato Branco/PR vem justificar a presente dispensa de licitação, para atendimento as necessidades deste CONIMS.

1. OBJETO E LEI DE REGÊNCIA

1.1. Formação de registro de preço para aquisição de aparelhos de ar condicionado para o atendimento das necessidades do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CONIMS, de acordo com as condições e especificações constantes no aviso de contratação direta e seus anexos.

1.2. Sendo processado e julgado em conformidade com as disposições deste termo e seus anexos, caput e inciso II do artigo 75 da Lei n.º 14.133/2021 e Resolução CONIMS nº 012/2025 e demais legislações aplicáveis.

2. JUSTIFICATIVA

Considerando a justificativa de demanda emanada pela Coordenadora do Setor de Manutenção e Patrimônio.

Considerando que se mostra necessária para garantir condições adequadas de funcionamento dos ambientes administrativos e assistenciais, preservando o conforto térmico de servidores, usuários e a integridade de equipamentos e insumos sensíveis, impactando diretamente a eficiência e a continuidade dos serviços públicos prestados.

A opção pela formação de registro de preços, ainda que no contexto de contratação direta, mostra-se estratégica e eficiente, pois permite atender demandas futuras de forma parcelada, conforme a real necessidade do Consórcio, evitando aquisições excessivas, otimizando recursos públicos e assegurando maior previsibilidade orçamentária.

Ressalta-se que a escolha da dispensa não configura fracionamento indevido de despesa, uma vez que a estimativa de quantitativos foi baseada em levantamento técnico formalizado no Documento de Formalização da Demanda (DFD), considerando necessidades reais, atuais e previsíveis do CONIMS.

Considerando Resolução nº 147/2023, deste CONIMS em seu artigo 5º, a qual fica dispensada a realização do estudo técnico preliminar, para os casos de contratação direta na modalidade dispensa de licitação.

Considerando Parecer Referencial nº 012/2025, a qual fica dispensada o parecer jurídico para contratação direta por dispensa de licitação de pequeno valor.

Considerando-se que as contratações atuais com objetos semelhantes não ultrapassam o valor máximo para contratações por dispensa de licitação, sendo observado o que consta na resolução CONIMS Nº 012/2025.

(...)

§ 1º Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do caput deste artigo, deverão ser observados:

I - o somatório do que for despendido **no exercício financeiro** pela respectiva unidade gestora;

II - o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no **mesmo ramo de atividade**.

(...)

§ 8º Considera-se ramo de atividade o segmento econômico de mercado à qual pertença o objeto da contratação, podendo ser identificado, de forma auxiliar e não exclusiva, pela subclasse da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), devendo-se considerar, com prioridade, a natureza do objeto contratado, sua finalidade pública, sua identidade funcional e a possibilidade de contratação conjunta, sob o ponto de vista do planejamento da Administração;

Considerando o disposto na resolução, verifica-se que o objeto em análise se enquadra como bem comum, cujas especificações são usuais no mercado e passíveis de definição objetiva.

Trata-se, portanto, de contratação cuja finalidade é assegurar a adequada climatização dos ambientes do Consórcio, contribuindo para a manutenção das condições de trabalho, a preservação de equipamentos e a continuidade dos serviços públicos de saúde prestados pelo CONIMS.

Assim, conforme a natureza e finalidade do objeto, o enquadramento está em conformidade com o entendimento da norma mencionada.

Considerando-se se tratar de serviços comuns, facilmente identificados por parâmetros mercadológicos.

Portanto, ante a prévia análise conclui-se a dispensa de licitação a melhor forma de contratação em virtude de o valor do objeto enquadrar-se no dispositivo legal, caput e inciso II do art. 75, da Lei nº 14.133/21.

Pato Branco/PR, 22 de janeiro de 2026.

VILMAR SCHMOLLER
PRESIDENTE

Assinantes



VILMAR SCHMOLLER

Assinou em 03/02/2026 às 16:14:01 com Certificado Digital Qualificado, emitido em nome de VILMAR SCHMOLLER com o CPF ***.910.449-**, nos termos do § 1º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

Eu, VILMAR SCHMOLLER, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

Veracidade do documento



Documento assinado digitalmente.

Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse o site **verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud** e insira o código abaixo:

KE9

OVL

ZMX

4DZ